DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 14921/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/16428/2014
PROTOCOLO	: 1547897
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES
JURISDICIONADO	: FRANCISCO VANDERLEY MOTA
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE PACIENTES. EXECUÇÃO FINANCEIRA. CORRETO PROCESSAMENTO DOS ESTÁGIOS DA DESPESA. REGULARIDADE. REMESSA FORA DO PRAZO. MULTA

1. RELATÓRIO

Em exame a Execução Financeira decorrente do Contrato n. 121/2014, realizado entre o Município de Pedro Gomes/MS e a empresa Walter Pereira Kreff ME, visando serviços de hospedagem, alimentação e transporte de pacientes e seus acompanhantes, para tratamento médico na cidade de Campo Grande/MS, no valor inicial de R$ 47.760,00 (quarenta e sete mil setecentos e sessenta reais).

Salientamos que o processo licitatório – Pregão Presencial n. 46/2014 – a formalização do Contrato n. 121/2014, foram julgados regulares por meio da Decisão Singular n. DSG-G.RC-548/2017 (peça n. 40 / f. 165-167).

A equipe técnica ao apreciar os documentos dos autos, manifestou-se pela regularidade da execução financeira (peça n. 56 / f. 239-242), entretanto, ressalvou a intempestividade da remessa dos documentos a esta Corte de Contas.

Entretanto, por considerar a existência de indícios de irregularidades nos atos praticados, o ordenador de despesas, foi intimado para apresentar defesa sobre o ponto elencado no paragrafo anterior (INT-G.RC – 15573/2019 - peça n. 59 / f. 245).

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pela legalidade e regularidade da execução financeira, conforme parecer acostado à *f. 243* (*PARECER PAR – 2ª PRC – 8749/2019*).

É o relatório.

2. RAZÕES DE DECIDIR

O feito prescinde da realização de diligências complementares, estando, portanto, em ordem e pronto para julgamento. Dessa forma, obedecendo à ordem cronológica dos atos que concorreram para a contratação examinada, os aspectos relativos execução financeira que será considerada a seguir, tendo em vista que o processo licitatório (Pregão Presencial n. 46/2014) e a formalização do Contrato n. 121/2014 foram julgados via Decisão Singular n. DSG-G.RC-548/2017 (peça n. 40 / f. 165-167).

2.1. Da Execução Financeira

A documentação que instrui o feito demonstra a regularidade dos atos financeiros da contratação, conforme ilustram os demonstrativos abaixo apurados pela equipe técnica (peça n. 56 / f. 239-242):

Valor do Empenho (NE-NAE)	R$ 43.859,60
Despesa Liquidada	R$ 43.859,60
Pagamento Efetuado	R$ 43.859,60

Assim, com base nos documentos trazidos aos autos observa-se que houve o correto processamento dos estágios da despesa (empenho, liquidação, pagamento), nos termos previstos nos artigos 61, 63 e 64 da lei n. 4.320/1964.

No entanto, a equipe técnica apontou que a execução financeira teve a remessa dos documentos fora do prazo, isto porque o último pagamento ocorreu em 21/8/2015 e enviada em 27/6/2018, tendo como data limite para envio 14/9/2015, entretanto, mais de 30 dias de atraso.

O ex-prefeito Municipal foi devidamente intimado, e enviou resposta às f. 249-261, onde se justificou dizendo que os atos administrativos devem ser

convalidados quando não há prejuízos a terceira e nem lesão ao interesse público.

Em relação aos argumentos apresentados, não merecem acolhimento uma vez que a aplicabilidade de multa em razão da inobservância a prazos, nos termos da citada norma legal, não se encontra condicionada à eventual ocorrência de prejuízo ao erário público.

3. DOSIMETRIA DA MULTA

3.1. Remessa de documentos fora do prazo

As multas aplicadas por remessa intempestiva de documentos à fiscalização deste Tribunal obedecem a critérios objetivos de dosimetria, uma vez que o descumprimento do prazo estabelecido em regulamento expedido por esta Corte de Contas enseja a aplicação de multa à Autoridade Ordenadora de Despesas, na razão de uma UFERMS para cada dia de atraso, até o limite de trinta, nos termos do que dispõe o art. 46, *caput*, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012.

Dessa forma, tendo a documentação da execução financeira sido encaminhada com mais de 30 (trinta) dias de atraso, a multa deverá ser aplicada no valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS.

Essas são as razões que dão fundamento à declaração de voto feita a seguir.

4. DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, e **DECIDO:**

a) Declarar a **REGULARIDADE COM RESSALVA** da execução financeira, realizada em conformidade com os artigos 61, 63 e 64, da lei n. 4.320/1964, pela remessa dos documentos fora do prazo a este Tribunal de

Contas, estabelecido na INTC/MS n. 35/2011;

b) Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Ex-prefeito Municipal, *Sr. Francisco Vanderley Mota*, inscrito no CPF sob o n. 273.199.541-68, no valor equivalente a **30 (trinta) UFERMS,** pela remessa fora do prazo dos documentos a este Tribunal de Contas, prevista no art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012;

c) **CONCEDER O PRAZO** de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data do recebimento da correspondência de ciência para pagamento da multa – e comprovação do recolhimento – em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), conforme previsão do artigo 83 da Lei Complementar nº 160/2012, c/c disposto no art. 185, § 1º, inc. I e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 98/2018, com a consequente comprovação do pagamento no prazo idêntico, sob pena de cobrança judicial.

É a decisão.

Encaminhe-se ao Cartório para publicação e demais providências, nos termos previstos no art. 70, da Resolução TCE/MS n. 98/2018.

Campo Grande/MS, 02 de dezembro de 2019.

(*Assinado digitalmente*)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

esd